



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA - TO
CNPJ: 25.064.064/0001-87
SECRETARIA EXTRAORDINARIA DE CONTROLE INTERNO
Av. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000-FONE: (63) 3437-1248



PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 10/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 51/2024

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

O Processo em análise por esse controle interno é referente ao procedimento licitatório realizado na modalidade Inexigibilidade nº 10/2024, referente ao contrato de prestação de serviços de Qualificação profissional para Profissionais da Saúde. Junto à empresa H S TRAINING ACADEMY, inscrita no CNPJ sob nº: 11.337.082/0001-80, localizada na Rua Curiango, Quadra 118, lote 29, Loteamento Lago Sul, Araguaina-TO, para fornecer serviço ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CACHOEIRINHA - TO. O administrador pode fazer a contratação direta, desde que movido pelo interesse público, fazer uso da discricionariedade que lhe foi conferida pela Lei 14.133/2021.

É o relatório.

DO CONTROLE INTERNO

Os Artigos 31, 70 e 74 da CF/88, determinam as competências do controle interno na administração pública municipal, surgiu da necessidade de assegurar aos gestores o cumprimento das leis, normas e políticas vigentes, através do estabelecimento de mecanismos de controle que possibilitem informações à sociedade, impedindo a ocorrência de fraudes e desperdícios, servindo de instrumento que visa garantir a efetividade, a produtividade, a economicidade e a rapidez na prestação do serviço público.

O controle interno é fundamental para se atingir resultados favoráveis em qualquer organização. Na gestão pública os mecanismos de controle existentes previnem o erro, a fraude e o desperdício, trazendo benefícios à população.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRINHA - TO
CNPJ: 25.064.064/0001-87
SECRETARIA EXTRAORDINARIA DE CONTROLE INTERNO
Av. 21 de Abril, nº 1525 – Centro,
CEP: 77915-000-FONE: (63) 3437-1248



DA ANÁLISE DO PROCESSO

O procedimento administrativo instalado para realização da Licitação na modalidade Inexigibilidade, cuja regulamentação consta com fulcro no art. 74, inciso II, da Lei 14.133/21.

Analisamos toda a documentação e constatamos que estão regulares até o presente momento de análise e obedeceram aos requisitos exigidos no artigo 72 da lei 14.133/2021,

Com base nas regras insculpidas no artigo 74 incisos II da Lei nº 14.133/21, e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo encontra-se revestido de todas as formalidades legais, com fulcros nos princípios estabelecidos pela na lei Federal nº 14.133/21.

CONCLUSÃO:

Todavia, após a análise do processo solicitada por a Comissão do Departamento de licitação, até o presente momento, não visto possíveis irregularidades a ser apontada no procedimento licitatório. Nesse sentido está de acordo com a legislação vigente, manifestamo-nos pela homologação por parte da autoridade competente.

É o parecer.

Cachoeirinha – TO, 09 de maio de 2024.

Bianattan Nathalia De Cirqueira Oliveira
Secretária Extraordinária De Controle Interno

Bianattan Nathalia de Cirqueira
Secretária Extraordinária de
Controle Interno
Decreto nº 091/2024

